

A Desumanização dos Palestínianos por Israel: Uma Atrocidade Sistemática que Ultrapassa o Tratamento de Gado

A campanha de Israel para desumanizar os palestínianos é um ataque calculado e implacável à sua própria existência, reduzindo-os a um estatuto muito inferior ao do gado, tratados como objetos descartáveis a serem controlados, explorados e apagados. Através de retórica genocida, detenções administrativas draconianas, condições prisionais torturantes, massacres em massa em Gaza, procedimentos médicos não consentidos, colheita de órgãos historicamente confirmada, e a retenção deliberada ou enterro em massa de corpos para ocultar estes crimes, Israel despojou os palestínianos da sua humanidade com uma precisão aterradora. A retenção de corpos até que se decomponham a ponto de tornar a autópsia impossível ou o seu enterro em valas comuns sem identificação não é mera negligência, mas uma tentativa sinistra de apagar evidências de atrocidades, protegendo Israel da responsabilidade. Este ensaio afirma, com convicção inabalável, que estas práticas constituem uma abominação moral e jurídica, enraizada num projeto de décadas de apagamento dos palestínianos, exigindo condenação global e justiça.

Retórica Genocida: A Base da Desumanização

A desumanização dos palestínianos por Israel começa com palavras que envenenam a consciência coletiva, transformando os palestínianos em entidades subumanas indignas de vida ou dignidade. Desde a sua fundação, os líderes usaram a linguagem para negar a existência palestíniana. A infame declaração de Golda Meir em 1969, “Não havia tal coisa como palestínianos... Eles não existiam”, apagou a sua identidade e história, preparando o terreno para políticas que os tratam como não-entidades (A Linguagem do Genocídio). Esta retórica persiste nos líderes contemporâneos que amplificam a desumanização para justificar a violência. Os discursos do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu após outubro de 2023, comparando os palestínianos aos amalequitas bíblicos — cuja destruição total é divinamente ordenada — e chamando-os de “filhos das trevas”, enquadraram-nos como ameaças existenciais que requerem aniquilação (Desumanização dos Palestínianos). A afirmação arrepiante do ministro da Defesa Yoav Gallant, “Estamos a lutar contra animais humanos e agimos em conformidade”, acompanhou um cerco a Gaza que cortou alimentos, água e eletricidade, retratando explicitamente os palestínianos como bestas que merecem fome (Em Israel, Retórica que Desumaniza os Palestínianos). A lamentação do ministro das Finanças Bezalel Smotrich de que o mundo “não permitirá que Israel cause a morte de 2 milhões de civis por fome” revela uma intenção genocida que normaliza a morte em massa como solução (Desumanização da Sociedade Israelita). Esta linguagem permeia a sociedade civil, onde figuras mediáticas como Yehuda Shlezinger defendem a violação de prisioneiros palestínianos, e membros da Knesset argumentam que os soldados não de-

vem enfrentar limites, incluindo violência sexual (Desumanização da Sociedade Israelita). Tal retórica não é mera hipérbole; é um prelúdio deliberado para atrocidades, criando uma cultura onde o sofrimento palestino é celebrado, as suas vidas valorizadas menos do que o gado poupado de tal vitupério.

Detenção Administrativa: Um Abismo Kafkiano

A prática de Israel de detenção administrativa é um mecanismo de controlo grotesco, encarcerando palestinos — muitas vezes menores — sem acusação, julgamento ou explicação, num vácuo jurídico que desafia a dignidade humana. Mais de 9.400 palestinos, incluindo centenas de crianças, definham em detenção, com mais de 3.242 detidos administrativamente em novembro de 2023, segundo o Gabinete de Direitos Humanos da ONU (Relatório da ONU). Os detidos são mantidos incomunicáveis, sem acesso a advogados ou famílias por até 140 dias sob a Lei dos Combatentes Ilegais, e proibidos de visitas do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), violando o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ICCPR) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC) (Amnistia Internacional). Esta opacidade, onde as famílias permanecem ignorantes sobre o destino dos seus entes queridos, reflete o tratamento de objetos descartáveis, não de seres sencientes. A lei, prorrogada em 2024, permite a detenção sem supervisão judicial, tornando os palestinos sem voz e invisíveis. Menores, como uma criança de 14 anos detida por 24 dias e torturada, enfrentam horrores específicos, com a sua juventude ignorada num sistema que os trata como ameaças a serem encarceradas indefinidamente (Amnistia Internacional). Ao contrário do gado, que recebe cuidados básicos para utilidade, os palestinos são submetidos a um apagamento deliberado da sua pessoa, a sua existência reduzida a uma nota burocrática.

Condições de Detenção Torturantes: Uma Descida ao Inferno

As condições nas instalações de detenção israelitas são um testemunho da desumanização dos palestinos, mergulhando os detidos num abismo de pesadelo de tortura, violação e negligência. Relatórios da Amnistia Internacional, B'Tselem e da ONU pintam um quadro aterrador: os detidos são confinados em cercas semelhantes a jaulas, vendados, algemados e forçados a usar fraldas, privados de comida, água, roupa de cama e cuidados médicos (B'Tselem). A tortura é sistemática — espancamentos, eletrocussões, afogamento simulado, suspensão no teto e ataques por cães estão documentados, com pelo menos 54 mortes em custódia desde outubro de 2023 (Relatório da ONU). A violência sexual é generalizada, com testemunhos de violações em grupo, violações com objetos como bicos de extintores e violações por cães, particularmente em Sde Teiman, conforme relatórios da ONU e The New Arab (The New Arab). Mulheres e crianças enfrentam horrores específicos, privadas de pensos higiénicos e submetidas a revistas nuas, com uma enfermeira a testemunhar sangramento devido a violação numa audiência da ONU (RFI). A designação de B'Tselem destas instalações como “campos de tortura” sublinha a sua brutalidade, superando a negligência do gado, que pelo menos é alimentado e abrigado para manter o seu valor. Em contrapartida, os palestinos são submetidos a sofrimentos deliberados, os

seus corpos e espíritos quebrados para reforçar o seu estatuto subumano, um destino que nenhum animal suporta com tal crueldade calculada.

Massacres em Massa em Gaza: Um Genocídio em Curso

O massacre em massa de palestinos em Gaza, particularmente desde outubro de 2023, é o culminar aterrorizante da desumanização, com mais de 53.000 mortos, principalmente mulheres e crianças, no que a Amnistia Internacional e a ONU classificaram como um possível genocídio (Amnistia Internacional). Os ataques aéreos indiscriminados de Israel, visando hospitais, escolas e campos de refugiados, refletem um desprezo cruel pela vida palestina, justificado por uma retórica que os enquadra como “animais humanos”. O cerco, cortando alimentos, água e medicamentos, levou à fome e às doenças, com os comentários de Smotrich sugerindo que este é um resultado aceitável (Desumanização da Sociedade Israelita). A destruição de 70% das habitações e infraestruturas de Gaza, segundo estimativas da ONU, visa tornar a região inabitável, uma clara violação da proibição de punição coletiva das Convenções de Genebra (Relatório da ONU). Atrocidades específicas, como o ataque aéreo ao Hospital Batista Al-Ahli, que matou centenas, sublinham a escala da violência (Desumanização dos Palestinos). Isto não é guerra; é extermínio, tratando os palestinos como pragas a serem erradicadas, muito pior do que o gado poupado de tal destruição gratuita. O Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), nas suas medidas provisórias de janeiro de 2024, ordenou a Israel que prevenisse o genocídio, mas os massacres continuam, alimentados por uma retórica desumanizante que normaliza a morte palestina (Decisão do TIJ).

Procedimentos Médicos Não Consentidos: Uma Violação da Santidade Corporal

As alegadas más práticas médicas de Israel — realizar procedimentos sem consentimento ou anestesia — representam uma violação grotesca da integridade corporal palestina, tratando os seus corpos como objetos para exploração. Relatos de amputações “rotineiras” em Sde Teiman devido a lesões por algemas, realizadas em condições deploráveis, sugerem negligência médica, se não danos deliberados, segundo um relatório da CNN de abril de 2024 (Relatório CNN). Tais procedimentos, se conduzidos sem consentimento ou anestesia, violam a proibição do ICCPR de atos médicos não consentidos e a Convenção contra a Tortura (CAT), constituindo tortura ou tratamento desumano. A falta de transparência e acesso a registos médicos nas instalações de detenção agrava as suspeitas de abuso. Ao contrário do gado, cujo tratamento médico é regulado para garantir utilidade, os palestinos são submetidos a procedimentos que ignoram a sua dignidade e autonomia, reforçando o seu estatuto desumanizado como meros recipientes para punição ou experimentação.

Colheita de Órgãos Histórica e Ocultação através da Retenção de Corpos

A admissão histórica de Israel à colheita de órgãos, combinada com a sua prática atual de reter corpos palestinos até que se decomponham a ponto de tornar a autópsia impossível ou de os enterrar em valas comuns, é uma acusação esmagadora da sua intenção de ocultar crimes hediondos. Em 2009, o Dr. Yehuda Hiss, antigo chefe do Instituto Forense Abu Kabir, confessou que nos anos 1990, os patologistas colheram órgãos — córneas, pele, válvulas cardíacas e ossos — de palestinos, israelitas e trabalhadores estrangeiros falecidos sem o consentimento das famílias, conforme relatado pelo The Guardian (The Guardian). Esta admissão confirmou que os corpos palestinos foram explorados, a sua santidade violada de maneira semelhante à colheita de recursos de objetos inanimados. Alegações recentes da Euro-Med Human Rights Monitor (2023) afirmam que os corpos devolvidos de Gaza mostram órgãos em falta, como fígados e rins, embora as provas forenses sejam dificultadas pelo conflito e pela decomposição (Euro-Med Monitor). A retenção de mais de 370 corpos, com mais de 115 em morgues e 256 em túmulos numerados conhecidos como “Cemitério dos Números”, segundo a Jadaliyya, é uma estratégia calculada para impedir autópsias que poderiam revelar tais abusos (Jadaliyya). A devolução de 89 corpos decompostos a Gaza em 5 de agosto de 2024, enterrados numa vala comum perto do Hospital Nasser sem identificação, conforme relatado pela Al Jazeera, e a recusa em aceitar 88 corpos em 25 de setembro de 2024 devido ao seu estado irreconhecível, segundo o Middle East Eye, sugerem um esforço deliberado para apagar evidências (Al Jazeera, Middle East Eye). Ao contrário do gado, cujos restos são geridos com supervisão regulatória, os corpos palestinos são retidos ou eliminados de maneiras que apagam a sua individualidade e escondem potenciais crimes, uma prática que grita culpa e impunidade.

Implicações Jurídicas: Um Ataque Descarado ao Direito Internacional

As ações de Israel constituem um ataque descarado ao direito internacional, violando impunemente múltiplos quadros: - **Carta da ONU:** O apelo do Artigo 1 aos direitos humanos é desafiado por políticas desumanizantes que negam a dignidade palestina (Carta da ONU). - **ICCPR e CAT:** A detenção arbitrária, a tortura e os atos médicos não consentidos violam os Artigos 7 e 9, com a colheita de órgãos constituindo tortura e mutilação (ICCPR, CAT). - **Convenções de Genebra:** A quarta convenção proíbe a tortura, a punição coletiva e a falta de respeito pelos mortos, todos evidentes em Gaza, nas práticas de detenção e na retenção de corpos (Convenções de Genebra). - **Estatuto de Roma:** Os mandados de prisão do Tribunal Penal Internacional (TPI) em novembro de 2024 contra Netanyahu e Gallant por crimes de guerra, incluindo assassinato, tortura e fome, sublinham a responsabilidade individual (Casos do TPI). - **Decisão do TIJ (julho de 2024):** Declarou a ocupação israelita ilegal, citando violações sistemáticas, incluindo detenção arbitrária e punição coletiva (Decisão do TIJ). - **Responsabilidade de Proteger (R2P):** Os alegados genocídios e crimes contra a humanidade desencadeiam obrigações de intervenção global, mas alianças políticas dificultam a ação (R2P). - **Direito Humanitário Internacional Consuetudinário:** Proíbe sofrimentos desnecessários e exige tratamento respeitoso dos mortos, ambos violados pelas práticas de Israel (Direito Humanitário Consuetudinário).

A retenção de corpos para impedir autópsias é uma violação direta do Artigo 16 da Quarta Convenção de Genebra, que exige um enterro honroso, e do mandato do direito humanitário consuetudinário para disposição respeitosa. Estes atos constituem crimes de guerra, crimes contra a humanidade e um possível genocídio, exigindo persecução, sanções e intervenção internacional.

O Abismo Moral: Pior que o Gado

O gado, valorizado pela sua utilidade económica, é alimentado, abrigado e regulado para garantir o seu valor. Em contrapartida, os palestinianos são submetidos a uma campanha deliberada de apagamento — famintos, torturados, massacrados e explorados, os seus corpos retidos ou eliminados para ocultar crimes. A confissão histórica de colheita de órgãos e a prática atual de retenção de corpos até a decomposição revelam uma intenção aterradora de escapar à responsabilidade, tratando os restos palestinianos como evidências a serem apagadas, não como vidas humanas que merecem respeito. Isto não é mera supervisão; é um esforço sistemático para desumanizar os palestinianos até ao esquecimento, tornando o seu sofrimento invisível e as suas mortes insignificantes.

Conclusão: Uma Exigência de Justiça

A desumanização dos palestinianos por Israel — através de retórica genocida, detenção administrativa, condições torturantes, massacres em massa, abusos médicos, colheita de órgãos histórica e a ocultação deliberada de crimes via retenção de corpos e valas comuns — é uma abominação moral e jurídica. Reduz um povo a um estatuto inferior ao do gado, tratado com uma crueldade calculada que desafia os fundamentos éticos da humanidade. A comunidade internacional deve agir decisivamente: impor sanções globais, apoiar investigações do TPI e do TIJ, aplicar a R2P, e exigir a libertação imediata dos corpos retidos para um enterro apropriado. Ignorar isto é tolerar um abismo moral onde todo um povo é apagado, o seu sofrimento descartado como dano colateral. O mundo deve confrontar as atrocidades de Israel com a mesma urgência que exigiria para qualquer outro genocídio, garantindo justiça para os palestinianos cuja humanidade foi tão brutalmente negada.

Referências Chave

- Desumanização dos Palestínianos
- Amnistia Internacional
- Relatório da ONU
- B'Tselem
- Al Jazeera
- Middle East Eye
- Jadaliyya
- The Guardian
- Euro-Med Monitor
- Relatório CNN
- Decisão do TIJ
- Casos do TPI

- The New Arab
- RFI